

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O APRIMORAMENTO DA PROFICIÊNCIA ORAL EM INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: MAPEAMENTO TEÓRICO

Victor de Oliveira SARTORI¹
Melissa Alves BAFFI-BONVINO²

RESUMO: O artigo relaciona concepções de ensino e aprendizagem de Inglês como Língua Estrangeira e da proficiência oral em estudos de Linguística Aplicada. Articulando conceitos fundamentais à compreensão da proficiência oral, conceitos que abrangem a concepção de ensino e aprendizagem adotada no trabalho e a internacionalização do ensino superior. Almejamos, com este estudo, contribuir para discussões envolvendo o aprimoramento da proficiência oral em ILE da comunidade acadêmica brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino e Aprendizagem de Inglês como Língua Estrangeira; Proficiência oral; Internacionalização.

1. Introdução

O desenvolvimento do conhecimento e da prática da Língua Inglesa deixou de ser um complemento para o processo de formação e tornou-se um requisito para lograr êxito tanto na vida profissional quanto na vida acadêmica. Tal fato pode ser atribuído ao processo de globalização, ainda pouco aprofundado em trabalhos da área de Linguística Aplicada. O tema da pesquisa motiva-se, portanto, pelo crescente processo de internacionalização em contextos acadêmicos, que estimula pesquisas na direção da melhoria da proficiência em Inglês como Língua Estrangeira (doravante ILE) da comunidade acadêmica brasileira, principalmente no que diz respeito à proficiência oral, considerando não apenas o contexto de

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), São José do Rio Preto - SP, Brasil. Apoio: Santander Universidades.

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), Departamento de Letras Modernas (DLM), São José do Rio Preto - SP, Brasil

globalização, como também o propósito de mobilidade acadêmica. Vale ressaltar que os índices de internacionalização em instituições de ensino superior constam como um dos parâmetros por meio dos quais se mensura a qualidade das universidades, o que contribui para justificar a importância da presente pesquisa, já que tais índices podem ser otimizados a partir do desenvolvimento da proficiência oral da comunidade acadêmica, que torna possível a participação de estudantes, docentes e servidores no processo de mobilidade acadêmica.

O objetivo geral deste trabalho consiste, pois, em propor uma discussão que envolva teorias acerca da proficiência oral em ILE considerando as contribuições providas pela teoria histórico-cultural de ensino e aprendizagem, que valoriza não apenas a participação ativa do aluno nas aulas de ILE, como também a apropriação de conhecimentos linguísticos (tais quais fonética, gramática etc.) e extralinguísticos (culturais, sociais, ideológicos etc.) necessários para o desenvolvimento das proficiências em ILE, bem como para a construção da consciência a respeito de quais fatores contribuem para que o Inglês seja considerado a língua franca das relações científicas e comerciais e da ideologia que permeia os discursos veiculados na difusão da língua, seja por meio de materiais didáticos ou de produções acadêmico-culturais. O objetivo específico, por sua vez, consiste em esclarecer como a globalização, a internacionalização do ensino superior e a teoria histórico-cultural podem ser consideradas nas discussões acerca da melhoria da proficiência oral em ILE da comunidade acadêmica.

A fim de iniciar as discussões pretendidas neste trabalho, é importante discutir a definição dos conceitos que o norteiam. Para tanto, partiremos de concepções anteriormente abordadas por outros autores e, então, a partir do embasamento teórico disposto, estabeleceremos as conexões entre o mapeamento teórico e a teoria histórico-cultural do desenvolvimento cognitivo aplicada à aprendizagem e ao ensino tendo em vista conclusões que visem ao aprimoramento da proficiência oral em ILE da comunidade acadêmica brasileira.

2. Metodologia da pesquisa

É possível definir os aspectos metodológicos deste trabalho servindo-nos dos termos presentes em Rodrigues (2007), para caracterizar a presente pesquisa como sendo de modalidade exploratória, ou seja, uma pesquisa cujo objetivo é definir um problema ou objeto de estudo, e bibliográfica, no sentido de que retoma o conhecimento já publicado sobre um objeto ou problema. No que tange aos objetivos da pesquisa, define-se o presente trabalho como uma pesquisa explicativa (RODRIGUES, 2007), na qual buscase identificar os fatores que determinam a ocorrência de fenômenos e, quanto à abordagem utilizada, trata-se de uma pesquisa qualitativa sendo, pois, descritiva, com informações não quantificáveis e visando à interpretação de fenômenos, objetos e processos e à atribuição de significado a tais fenômenos.

Podemos ainda discorrer sobre o método adotado na presente pesquisa, lançamos mão dos termos presentes em Lakatos e Marconi (2003, p. 83), que definem o método como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que [...] permite alcançar o objetivo [...] detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Considerando a definição de método proposta pelas autoras, escolhemos, dentre os diferentes métodos de abordagem dispostos, o método dialético, por este conceber o mundo como um agrupamento de processos relacionados entre si e que condicionam-se reciprocamente, de forma que, de acordo com o método dialético, tais processos não podem ser compreendidos se analisados fora das condições que o cingem, ou seja, para entender um objeto de estudo a partir deste método, há de se considerar quais fenômenos o circundam e de que forma estes fenômenos o influenciam. Desta forma, o presente estudo relaciona o processo de globalização ao de internacionalização do ensino superior que, por sua vez, suscita discussões sobre o aprimoramento da proficiência oral em ILE, fundamental para a mobilidade

acadêmica, ou seja, para o intercâmbio entre membros e instituições das comunidades acadêmicas brasileiras e internacionais.

Outro aspecto do método dialético que ressaltamos neste trabalho é o fato deste método considerar que todos os processos são passíveis de transformação. Sobre este aspecto as autoras apontam que:

[...] a dialética parte do ponto de vista de que os objetos e os fenômenos da natureza supõem contradições internas, porque todos têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro; todos têm elementos que desaparecem e elementos que se desenvolvem; a luta desses contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que evolui, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas. (POLITZER et alii, s.d., p. 70-71 *apud* LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 105)

A escolha da metodologia de um trabalho científico é fundamental para que este chegue aos objetivos que pretende alcançar e concordamos com Messias (2013) quando a autora argumenta que a “sustentação metodológica e teórica nos dá amparo para que saíamos do âmbito do senso comum e passemos para o âmbito daquilo que é científico” (MESSIAS, 2013, p. 336). Em se tratando da questão do método em uma pesquisa sobre ensino e aprendizagem de língua estrangeira, estamos de acordo com Leffa (2012, p. 392) quando este afirma que a “proposta de um método depende da percepção que o proponente tem da língua”, sendo que a percepção de língua adotada no presente trabalho, a da linguagem como prática social, encontra-se na terceira parte da seção de considerações terminológicas, onde evidenciamos também a concepção histórico-cultural de ensino e aprendizagem. Tal perspectiva foi adotada visando à centralização da importância de considerar-se a educação atrelada à linguagem, que, por sua vez, relaciona-se diretamente com a sociedade e com a cultura, de forma que sustentamos, neste trabalho, uma visão de ensino de línguas que considere não exclusivamente os aspectos estruturais, comunicativos

ou interacionais da língua, mas que os englobe sem deixar de lado o contexto em que o idioma se insere e a importância da linguagem para a historicidade humana e o desenvolvimento cognitivo.

Desta forma, o presente estudo, uma pesquisa exploratória baseada em levantamento bibliográfico, se propõe a explicar os conceitos de globalização, internacionalização do ensino superior, proficiência oral e teoria histórico-cultural de forma a estabelecer uma conexão entre eles no esforço de contribuir teoricamente para estudos futuros na área de Linguística Aplicada que se atenham ao ensino de ILE.

3. Aporte teórico

Esta seção apresenta os conceitos abordados neste trabalho, partindo-se de um contexto mais amplo, ou seja, o processo de globalização e suas implicações para o ensino de ILE, até alcançarmos os conceitos mais específicos dispostos neste estudo. Aborda-se a questão da proficiência oral, considerando a necessidade de explicitar primeiramente o que é proficiência e qual a sua importância para a discussão aqui pretendida e, por fim, na última parte desta seção, discute-se a respeito de uma perspectiva sobre ensino e aprendizagem de línguas que leve em conta os processos de globalização e de internacionalização do ensino superior, bem como uma concepção de linguagem aliada a teoria histórico-cultural que se propõe a explicar a relação entre linguagem e desenvolvimento cognitivo nos processos de ensino e aprendizagem de língua estrangeira.

3.1. Globalização e Internacionalização do ensino superior

Definir o conceito de globalização, bem como seus desdobramentos, no interior da pesquisa, implica importar informações de trabalhos oriundos de outros campos do conhecimento. Molon e Vianna (2012) afirmam, embasados por Klein

(1992, *apud* MOLON E VIANNA, 2012), que há, na área da Linguística Aplicada, uma multidisciplinaridade gerada a partir das reflexões sobre os processos de ensino e aprendizagem de línguas. Partindo da premissa segundo a qual é plausível mobilizar conhecimentos de diversas áreas das ciências humanas, lançamos mão de textos de outras esferas das ciências humanas para definir a globalização e, por conseguinte, a internacionalização do ensino superior e relacionar tais conceitos a outros discutidos neste trabalho.

Castro e Pineda (2016) afirmam que globalização é um conceito concernente ao *alcance global*, é a internacionalização de práticas, costumes, ideologias, tecnologias etc. como um produto da inter-relação das sociedades por meio das viagens, do comércio, das migrações, da ciência e da tecnologia, sendo, ao contrário do que se apregoa atualmente, um fenômeno observável ao longo da história, que não depende exclusivamente dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, mas que se potencializa a partir destas tecnologias. Os autores ressaltam ainda que além de não ser um processo novo, a globalização não é exclusividade das sociedades ocidentais e citam o exemplo da China, que disseminou, no passado, tecnologias como a pólvora e artefatos característicos de sua cultura, como a porcelana, por diversos territórios. Contudo, o processo de globalização toma novas formas na contemporaneidade e, conforme afirma Dowbor (2017), a

economia se globalizou, com corporações transnacionais e gigantes financeiros operando em escala mundial, enquanto os governos continuam sendo [...] nacionais e impotentes frente aos fluxos econômicos dominantes (DOWBOR, 2017, p. 10).

Gonzalez (2017), por sua vez, ressalta a importância das organizações internacionais, como a ONU e a UNESCO, por exemplo, para a globalização contemporânea ao afirmar que estas condicionam as margens de autonomia dos estados e direcionam suas políticas embasadas por uma concepção de globalização pautada pelo ideário do neoliberalismo, lançando mão de conceitos chave como

desenvolvimento e competitividade, caracterizando a globalização contemporânea como uma globalização neoliberal. A autora afirma que

Este processo de globalização, patrocinado pelos organismos internacionais, gera uma forte pressão sobre os Estados nacionais para que alinhem suas diretrizes educacionais com os princípios de competitividade e eficiência (GONZALEZ, 2017, p. 3, tradução nossa)

Tal asserção nos leva a refletir sobre os impactos que a globalização neoliberal tem na educação, âmbito sobre o qual a ideologia que rege o processo de globalização incide cada vez mais fortemente, haja vista, por exemplo, o sistema de avaliação das instituições de ensino que recompensa os melhores resultados obtidos em exames que funcionam como controle de qualidade, um aspecto que retoma à prática de empresas privadas, o modelo de instituição do neoliberalismo.

Castro e Pineda (2016) declaram que, seguindo o ideário neoliberal vigente no processo de globalização, os discursos e postulados educacionais tendem a reorientar-se, deslocando-se da esfera pública para integrar o mercado, abrindo caminho para a privatização e para a formação não mais humanista, mas de mão de obra para as empresas, obedecendo à lógica do mercado e, desta forma, a educação deixaria de ser um direito para tornar-se um serviço submetido a padrões de qualidade e oferecido por uma escola convertida em empresa que, por sua vez, seria levada a maximizar seus resultados levando em consideração parâmetros de gestão, eficiência e produtividade.

Nesse contexto de globalização neoliberal, define-se o Inglês como língua franca das relações comerciais, culturais e científicas internacionais, considerando que, de acordo com Moita Lopes (2008), o idioma conquistou relevância com a “importância que o Império Britânico teve no século XIX e, no início do século XX, pela predominância mundial da economia dos Estados Unidos a partir da

Segunda Guerra Mundial” (p. 313), o que explica a crescente demanda pela aquisição da língua. Concordamos com Archanjo (2015) quando a autora reitera que “poder comunicar em várias línguas pode ser [...] um bem de consumo que interfere na cadeia produtiva de outros bens de consumo” (ARCHANJO, 2015, p. 625), haja vista que tanto os bens culturais difundidos em língua inglesa, tais quais, filmes, jogos eletrônicos, livros etc., quanto os cursos de ILE em instituições privadas, viagens e intercâmbios que contribuem para a aquisição da língua estrangeira requerem um investimento que nem todos podem realizar. Dentre os bens de consumo apontados por Archanjo (op. cit.), é válido ressaltar os exames de proficiência, oferecidos por empresas especializadas na confecção, distribuição e avaliação de testes que são utilizados como parâmetro da mensura da proficiência em ILE na expedição de vistos para cidadania e intercâmbio em países estrangeiros, um mercado próspero. A autora argumenta ainda que, apesar do mercado de testes e da concepção do ensino de língua estrangeira como um bem adquirido sob a forma de um serviço prestado por um indivíduo ou instituição de ensino de línguas, a questão do desenvolvimento da proficiência em uma ou mais línguas estrangeiras implica um processo de aprendizagem que afeta o campo do ensino e, visando à competitividade e à produtividade, governos e instituições em todo o mundo investem no ensino de línguas estrangeiras, especialmente em língua inglesa, almejando à internacionalização do ensino, em especial do ensino superior, o que nos permite ver os reflexos nas políticas educacionais e nos modelos de ensino gerados pelo impacto das políticas linguísticas do mundo globalizado.

Um dos reflexos dessas políticas é apontado por Cunha (2017) que admite haver a possibilidade de tensão entre os processos de democratização e de internacionalização da universidade brasileira já que, segundo a autora, o primeiro processo aponta para a inclusão de indivíduos pertencentes às classes menos abastadas nas instituições de ensino superior por meio de cotas, afastando-se do modelo de meritocracia, enquanto o segundo aponta justamente para o modelo meritocrático que, por sua vez, inclui dentre suas exigências o

domínio de um ou mais línguas estrangeiras e a disponibilidade para afastamento do mercado de trabalho visando ao máximo aproveitamento do curso e das atividades ofertadas pela instituição de ensino, entre outras condições.

É importante ressaltar que o intuito deste estudo não é caracterizar o processo de globalização como benéfico ou maléfico, mas sim prover reflexões sobre seus desdobramentos e sobre a importância da globalização para o ensino de ILE no Brasil. Há de se considerar, no entanto, os aspectos positivos e negativos do processo de globalização a fim de que não nos debruçemos sobre ele com um olhar ingênuo. Se, por um lado, este processo incide diretamente sobre a organização de nossas vidas, trabalho, cultura e educação ao implicar a inclusão da ideologia neoliberal e da língua inglesa nestes e em outros âmbitos, por outro, há, no ensino superior, o surgimento de oportunidades de uma formação internacional, que oferece aos estudantes, professores e servidores do ensino superior a possibilidade de interagir com diferentes pessoas, culturas e pressupostos, o que pode ser bastante proveitoso tanto para quem realiza o intercâmbio quanto para a instituição que recebe o aluno ou funcionário envolvido no processo de mobilidade acadêmica. Vale ressaltar, todavia, que tal oportunidade tem como condição precípua a aquisição de um nível de proficiência considerado minimamente satisfatório pelas instituições envolvidas no processo de mobilidade acadêmica, o que nos leva à questão do desenvolvimento da proficiência oral.

3.2. Considerações sobre Proficiência e seus desdobramentos

Outro conceito fundamental ao presente trabalho é o de proficiência, descrito como “o resultado da aprendizagem, uma meta, definida em termos de objetivos ou padrões” (SCARAMUCCI, 2000, p. 12) e os padrões que a definem, segundo a pesquisadora, podem prover informações acerca do efetivo desempenho de um ou mais indivíduos no que se refere ao êxito da aprendizagem e do ensino. A

autora argumenta que a importância da mensura da proficiência se dá na implementação de programas de ensino e na avaliação de abordagens ou metodologias, em que se observam os níveis iniciais e finais de proficiência dos participantes, e afirma que, políticas linguísticas e educacionais, programas bilíngues e políticas para o desenvolvimento e formação de professores de língua estrangeira, requerem um conceito de proficiência que oriente a tomada de decisões.

Para entender o construto de proficiência, citamos Silva (2000) que, em sua tese de doutorado, propõe um caminho a ser percorrido até que se chegue ao conceito de proficiência oral. A começar pela Abordagem Comunicativa, que concebe a língua não a partir da estrutura, mas sim das funções comunicativas, valorizando a oralidade e a adequação ao contexto, Silva (op. cit) menciona, então, a definição de Competência Comunicativa, proposta por Chomsky, que considera que a competência diz respeito ao conhecimento das estruturas e regras da língua, enquanto o desempenho designa a utilização dos conhecimentos da língua em situações concretas de uso, como uma definição a ser considerada para a compreensão do construto de proficiência, que envolve tanto a competência quanto o desempenho.

Para definir proficiência, a autora recorre à obra de Stern (1992, *apud* SILVA, 2000), na qual consta que proficiência representa “o quão bem uma pessoa pode ler, escrever, falar ou entender a língua; [...] nível este estabelecido por um determinado teste ou exame, com objetivos e conteúdos previamente definidos” (SILVA, 2000, p. 44-45). Ainda embasada em Stern (1992 *apud* SILVA, 2000), a autora ressalta que a proficiência em ILE é avaliada em um *continuum*, ou seja, uma progressão de estágios que mensura a competência comunicativa de um determinado falante.

Em outras palavras, não há apenas uma proficiência, mas diferentes proficiências que dizem respeito a diferentes competências, como, por exemplo, o quão bem um indivíduo pode falar, compreender, ler ou escrever em ILE, logo, nos atemos, neste

trabalho, à proficiência oral, uma das diversas proficiências avaliadas em testes que medem o nível de proficiência do aluno considerando especificamente sua capacidade de expressar-se oralmente em língua inglesa. Silva (2000) declara que “não existe um modelo único de *proficiência oral* comum a todos os falantes, [...] existem níveis de *proficiência oral* observados em distintos falantes” (SILVA, 2000, p. 49, grifo no original), e sustenta que ser proficiente é ter a capacidade de se expressar utilizando formas gramaticalmente corretas e que se adequem ao contexto social em que estão inseridas, mas, além disso, a proficiência oral engloba a capacidade de negociar sentidos, não se limitando apenas ao conhecimento estático das normas que regem a língua. Tese que Baffi-Bonvino (2010) reitera quando afirma, com base em Scaramucci (2000), que

[...] não seria adequado afirmar que um indivíduo é proficiente em uma LE, mas sim que é proficiente para tal ou qual objetivo, ou seja, os falantes que se encontram acima de um ponto de corte são proficientes e aqueles que estão em níveis inferiores ao ponto de corte são menos proficientes, mas ainda assim são considerados proficientes. Desse modo, ocorre uma gradação de proficiência, que passa a ser um conceito relativo e não um conceito absoluto, de tudo-ou-nada, uma vez que considera a especificidade da situação de uso futuro da língua. (BAFFI-BONVINO, 2010, p. 31-32)

É válido ressaltar que Scaramucci (2000, p. 15) contrasta os conceitos de proficiência e rendimento, propondo que “proficiência refere-se a um uso futuro da língua e [...] rendimento é específico e local”. A autora afirma ainda que há dissonância nos procedimentos de elaboração dos instrumentos de avaliação, sendo o rendimento baseado em ementas, materiais e currículos e a proficiência, por sua vez, fundada sobre o construto teórico com especificações embasadas “na análise de necessidades do público alvo com relação ao uso futuro da língua” (SCARAMUCCI, 2000, p. 15). A autora ressalta que tal distinção entre rendimento e proficiência é essencial tanto para a adequação da escolha de exames a determinados contextos e na elaboração destes exames, quanto para a validação dos exames de

proficiência. Considerando a afirmação de Baffi-Bonvino (2010) quando esta diz que “especificamente no que diz respeito aos contextos de ensino e aprendizagem de línguas, a avaliação é uma das práticas sociais de maior importância” (BAFFI-BONVINO, 2010, p. 20), reiteramos a necessidade de se almejar o desenvolvimento das proficiências, avaliadas por exames compostos por diferentes testes que mensuram diferentes proficiências, dentre elas a proficiência oral.

Dessa forma, deve-se considerar a importância dos exames de proficiência dentro e fora da sala de aula no ensino de ILE, dado o papel que estes testes cumprem na sociedade, seja como parâmetro de avaliação da proficiência dos alunos de uma determinada comunidade visando à implementação ou aprimoramento de programas de ensino de língua estrangeira, ou como *gatekeeper*, isto é, como um “filtro” pelo qual passam os alunos mais proficientes em programas de intercâmbio, ou os cidadãos mais proficientes na emissão de vistos; e na sala de aula como parâmetro do que é exigido para lograr êxito na formação em um contexto de mobilidade acadêmica motivado pelo processo de globalização.

3.3. A teoria histórico-cultural e suas contribuições para o ensino e a aprendizagem de ILE

Para discorrer sobre a relação entre linguagem e cognição, servimo-nos da teoria histórico-cultural (IVIC, 2010; FINO, 2001), proposta pelos estudos de Vygotsky na área da psicologia, na qual apresenta-se a importância da interação com falantes de uma determinada língua a fim de que se depreenda não apenas as palavras gráficas e fonéticas de que a língua lança mão, como também seus significados e o uso a elas atribuído e, também, a importância da apropriação dos elementos constituintes da cultura para a compreensão do sentido das palavras.

A razão pela qual escolhemos a teoria histórico-cultural para definir o processo de ensino e aprendizagem está expressa em Ivic

(2010) quando este afirma que a teoria do desenvolvimento cognitivo de Vygotsky confere a maior importância à educação dentre as teorias psicológicas do desenvolvimento, haja vista que, na teoria histórico-cultural, educação e desenvolvimento estão diretamente relacionados. O autor ainda aponta que:

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um processo de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (VYGOTSKY, p. 114-117 *apud* IVIC, 2010, p. 98)

Para definir o processo de ensino e aprendizagem embasado pela teoria histórico-cultural são necessárias algumas considerações. Em primeiro lugar, é pertinente ressaltar a questão do desenvolvimento, para o qual os fatores mais importantes são as interações assimétricas, ou seja, uma interação na qual há um indivíduo que se apropriou de uma dada cultura e pode ensiná-la, por meio da linguagem, a outros indivíduos, os quais ainda não se apropriaram dessa cultura. Sobre tais interações, Fino (2001) argumenta que incluem não apenas a comunicação verbal entre docente e discente, mas também o ambiente em que ocorre a comunicação, abrangendo os problemas, assuntos, estratégias e valores de um sistema que inclui os sujeitos da interação. Nessas interações, segundo Ivic (*op. cit.*), os signos cumprem, primeiramente, uma função comunicativa e, uma vez realizada a comunicação e apropriação da mensagem expressa por estes signos, eles passam a ser instrumentos de organização e de controle do comportamento individual. Desta forma, as funções mentais superiores, tais como atenção voluntária, memória lógica, pensamento verbal, dentre outras, dependem do aporte provido pelas interações sociais assimétricas. O autor ainda salienta que o desenvolvimento não consiste apenas nas mudanças que ocorrem no

interior do indivíduo, podendo adotar a forma de auxiliares externos e de instrumentos exteriores os quais podem servir à produção de mudanças psicológicas, dentre os quais ressaltamos: a língua, tanto escrita quanto falada; os rituais, sistemas de conceitos científicos, técnicas para otimizar a memória e o pensamento e instrumentos para melhorar a mobilidade ou a percepção humana, ou seja, instrumentos culturais que são “prolongamentos e amplificadores das capacidades humanas” (IVIC, 2010, p. 20). Sobre a língua como um desses instrumentos culturais amplificadores das capacidades humanas, o autor aponta que:

O indivíduo (como também o grupo cultural) que tem acesso à língua escrita não é simplesmente alguém que possui um saber técnico a mais. A língua escrita e a cultura livresca mudam profundamente os modos de funcionamento da percepção, da memória, do pensamento. A razão disso é o fato de que este meio contém em si um modelo de análise das realidades (análise em unidades distintas, linearidade e temporalidade de organização dos pensamentos, perda de sentido da totalidade, etc.) e das técnicas psicológicas, em particular, a ampliação do poder da memória que, conseqüentemente, provoca as mudanças das relações entre a memória e o pensamento [...] (IVIC, 2010, p. 22-23)

Em outras palavras, apropriar-se da linguagem, bem como de outros instrumentos da cultura engendra mudanças significativas em nossa forma de pensar, ou, como afirma Santos (2012), a linguagem “é responsável pela historicidade do ser humano que o movem à história social da humanidade, [...] fazendo-o ser sujeito ativo e partícipe deste vasto combate ideológico de organismos sociais” (SANTOS, 2012, p. 41). A apropriação dos instrumentos culturais, por sua vez, se dá no ambiente escolar, onde a educação sistemática e organizada conduz ao que Vygotsky chama de “desenvolvimento artificial”, também definido como “o desenvolvimento sociocultural das funções cognitivas” (IVIC, 2010, p. 27).

Logo, a concepção de ensino fundamentada na teoria histórico-cultural consiste na difusão, por meio das interações, dos instrumentos culturais que motivam o desenvolvimento cognitivo,

como, por exemplo, a linguagem, por meio da qual os conceitos científicos podem ser reproduzidos através das gerações e que permite que conhecimentos, por mais antigos que sejam e independentemente de onde foram produzidos originalmente, sejam apropriados por indivíduos em diferentes lugares e épocas. Vale ressaltar, contudo, que o ensino não se encerra na disseminação de conhecimentos, sendo, pois, necessário mobilizá-los em atividades, quer sejam individuais ou coletivas, de forma a integrar estes conhecimentos ao pensamento e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento das funções mentais superiores do aluno.

A concepção de aprendizagem em Vygotsky, por sua vez, é ilustrada pela “zona de desenvolvimento proximal” (doravante ZDP), em que se considera não apenas o aprendiz, mas também seu contexto sociocultural. Ivic (op. cit.) define a ZDP como a diferença entre o desempenho do aprendiz por si próprio e o desempenho do mesmo aprendiz trabalhando em colaboração e com a assistência do professor. O autor acrescenta que, de acordo com Vygotsky, ao invés de se esperar que o aprendiz chegue a um determinado nível de desenvolvimento antes de iniciar a educação escolar, é mais frutífero expor o aprendiz a aprendizagens novas, localizadas na zona de desenvolvimento proximal, em colaboração com o professor, já que, desta forma, o aprendiz se tornará capaz de aprender o que ele não o poderia por si mesmo. Ivic (op. cit.) cita, ainda, exemplos de como o professor pode proceder a fim de assistir seu aluno, como por meio de “exemplos [...], questões que façam apelo à reflexão intelectual, controle de conhecimentos por parte do adulto, [...] e em primeiro lugar, colaboração nas atividades partilhadas como fator construtivo do desenvolvimento” (IVIC, 2010, p. 33). Vale sublinhar a colocação de Fino (2001), quando este propõe que o estado atual do desenvolvimento o caracteriza retrospectivamente, enquanto a ZDP retrata o desenvolvimento prospectivamente, especialmente se considerarmos a importância de explorar a ZDP para o trabalho do desenvolvimento da proficiência oral, que diz respeito justamente a um uso futuro da língua estrangeira, de forma que, segundo o autor, a ZDP permite não apenas definir a aprendizagem futura imediata do

aluno, como também o estado dinâmico de seu desenvolvimento. Fino ainda se dispõe a explicar a ZDP por meio de uma metáfora na qual ele compara o trabalho docente “aos andaimes que suportam exteriormente um edifício que está sendo construído, e que vão sendo retirados à medida que a estrutura em construção se vai tornando capaz de se sustentar sem ajuda” (FINO, 2001, p. 8). Logo, um ensino de ILE cujo aporte teórico encontra respaldo na teoria histórico-cultural visa a um ensino desafiador, no melhor sentido do termo, já que se propõe a ensinar ao aluno aquilo que ele não poderia aprender sem o auxílio do professor, motivando, deste modo, o desenvolvimento, ao mesmo tempo que suscita perguntas e inferências, valorizando a participação ativa do aluno e a importância da figura do docente em sala de aula.

Aliada à teoria histórico-cultural, concebemos a linguagem como prática social (SANTOS, 2012), por julgarmos que tal perspectiva seja mais condizente com a definição do processo de ensino e aprendizagem adotado neste estudo, por relacionar a língua à sociedade sem desconsiderar a importância da interação, da comunicação e das estruturas em que a língua se organiza e, portanto, mais apropriada para a fundamentação teórica deste trabalho. No que tange à linguagem, concordamos com Santos (2012, p. 42) quando o autor aponta que interação, sociedade e língua a caracterizam como “multifacetada, com divergentes propósitos e funções”, haja vista que:

A partir dessa categorização, a linguagem não é entendida aqui como sistema formal ou código fechado, mas como uma atividade que exige elementos de ordem externa (cultura, história, interação, cognição), pois se levarmos em consideração caminhos que tenham como destaque as experiências, as vivências, os valores culturais e o reconhecimento de saberes internalizados do homem (VAN DIJK, 2004), a linguagem deixa de assumir uma posição interna à língua e passa a congrega uma posição externalista no sentido de não apenas aderir ou se limitar ao sistema interno que lhe é naturalmente fechado, mas pelo modo através do qual os fenômenos linguísticos possam se relacionar com o mundo externo e servirem de base aliada aos estudos da formação e caráter

humano. [...] por meio dessa transição de interioridade para exterioridade, a linguagem encontra significação no valor intersubjetivo constituído nos diferentes universos sociocomunicativos, do balbuciar humano ao compartilhamento de ideias consistentes, o ser já começa a se lapidar e a se tornar existente. (SANTOS, 2012, p. 42)

Desta forma, ressaltamos que a língua não se reduz ao signo nem ao indivíduo, sendo, pois, oriunda de relações coletivas, do trabalho, do conhecimento histórica e coletivamente construído e das ações e transformações que compõem a humanidade. Santos (op. cit., p. 43) ainda pontua que “significação e comunicação não se destoam, mas se complementam, uma vez que, estas duas instâncias são indissociáveis nas práticas sociais”. Coelho e Pisoni (2012) ressaltam que os signos cumprem, para Vygotsky, o papel de mediadores e, por isso, o teórico bielorrusso confere à linguagem papel de destaque no processo de pensamento, já que é por meio da fala que organizamos as atividades práticas e as funções psicológicas. A essa tese podemos aliar a de Vygotsky que afirma que as funções psicointelectuais superiores aparecem pela primeira vez no desenvolvimento do indivíduo como funções intersíquicas, ou seja, nas atividades coletivas ou sociais para, então, aparecerem como funções intrapsíquicas, quer dizer, como propriedades internas do pensamento em atividades individuais (VYGOTSKY, *apud* IVIC, 2010).

É possível concluir que há a necessidade da manutenção e aprimoramento das instituições de ensino, especialmente as públicas por isentar seus estudantes de cobranças, considerando a universalidade da importância da educação como fator de humanização do sujeito em um país marcado pela desigualdade como o Brasil, em que uma parcela considerável da população não dispõe de recursos para investir na formação em instituições privadas de ensino. Em outras palavras, é desejável que haja investimento tanto em pesquisas e em formação de professores quanto na infraestrutura das instituições públicas, de forma a assegurar condições de trabalho que promovam a melhoria do trabalho docente

e a inclusão de indivíduos de diferentes classes sociais no desenvolvimento do ensino de ILE, já que, conforme Fino (2001) aponta embasado por Vygotsky (1978, *apud* FINO, 2001), há diferença entre dois tipos de conceitos, os cotidianos, dos quais os indivíduos se apropriam em suas relações sociais espontaneamente, e os científicos, que requerem a transmissão do aporte necessário para sua aprendizagem por meio da educação formal provida na escola, e que são adquiridos pela exposição verbal e tornam-se mais relevantes à medida que se relacionam com os conceitos do dia-a-dia, que, por sua vez, podem ser vistos a partir de um olhar transformado, uma vez que estejam apropriados os conceitos científicos ensinados nas escolas. Partindo do pressuposto de que a linguagem apresenta relevância fundamental no desenvolvimento do indivíduo, ressaltamos a importância de se ter uma teoria que embase o ensino de ILE de forma a garantir que o aluno disponha dos meios e da colaboração do professor necessários à aquisição da segunda língua. Faz-se necessário não apenas socializar os conhecimentos, como também garantir que haja a interação e a apropriação destes conhecimentos, valorizando-se o aprendizado de conhecimentos dos quais o aluno ainda não dispõe, de forma que o discente possa aprimorar seu nível de proficiência, tornando-se capaz de aprender regras e conceitos cada vez mais complexos.

Considerações finais

Considerando o mapeamento teórico realizado neste trabalho, sabemos, pois, que a necessidade do desenvolvimento da proficiência em ILE da comunidade universitária, especialmente da proficiência oral, advém do crescimento exponencial da importância da mobilidade acadêmica, em outras palavras, da internacionalização do ensino superior, que, por sua vez, é impulsionada pelo processo de globalização, mais especificamente da globalização neoliberal, tal qual se apresenta na contemporaneidade. As implicações desta necessidade se refletem na criação de programas de ensino de língua

estrangeira que visam à melhoria qualitativa dos resultados obtidos pela comunidade acadêmica em exames de proficiência, avaliações que medem não apenas a mestria formal de ILE como também a capacidade do aluno de compreender questões e respondê-las adequadamente, de negociar sentidos, de fazer-se compreendido e de ser sujeito ativo na produção acadêmico-cultural em ILE.

Desta forma, reafirmamos algumas necessidades, quais sejam: 1) a importância de embasar-se uma teoria que dê conta de explicar o processo de ensino e aprendizagem sem isolar o aluno de seu contexto sociocultural, ou seja, uma teoria que valorize a educação, o contato com a cultura, a interação e, principalmente, a apropriação dos instrumentos culturais que aprimoram o desenvolvimento cognitivo do aluno e tornam sua expressão em ILE cada vez mais autônoma, sendo essa teoria, em nossa concepção, a histórico-cultural; 2) a valia de se conceber a linguagem como prática social, não limitando-se a aspectos estruturais ou comunicativos, mas incluindo a dimensão social e histórica da linguagem, de forma que se permita compreender a importância dos exames de proficiência não como mera avaliação, mas como parte imprescindível de uma formação internacional em um contexto de globalização, que exige do aluno não apenas o conhecimento da língua, mas da cultura em que essa se insere como parte indissociável dela; 3) a utilidade de se almejar o aprimoramento da proficiência oral em ILE no trabalho docente, de forma a valorizar a produção oral em língua inglesa, compreender a importância dos testes de proficiência para a vida acadêmica e profissional e garantir que haja, além da transmissão dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da proficiência oral (como, por exemplo, fonética, gramática e pragmática), a interação entre os alunos, bem como a prática da língua em atividades que se tornem mais complexas à medida que a proficiência oral dos alunos se desenvolva e 4) a primordialidade de se investir na educação pública em todos os seus níveis, haja vista que esta é, por excelência, o espaço do ensino e do desenvolvimento, em que se realizam pesquisas as quais contribuem teórica e praticamente para o aprimoramento das proficiências em ILE, especialmente da

proficiência oral, relevante nas interações suscitadas pelo processo de mobilidade acadêmica, e ampliar recursos para pesquisas, equipamentos e profissionais, fundamentais para o êxito desta missão.

SARTORI, V. O. BAFFI-BONVINO, M. A. Ensino e Aprendizagem de Inglês como Língua Estrangeira em um contexto de internacionalização do ensino superior: as contribuições da teoria histórico-cultural para o aprimoramento da proficiência oral. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 18, n. 1, p. 578-598, 2019.

**CONTRIBUTIONS OF THE HISTORIC-CULTURAL THEORY
FOR THE ENHANCEMENT OF ORAL PROFICIENCY IN
ENGLISH AS A FOREIGN LANGUAGE: THEORETICAL MAPPING**

ABSTRACT: This paper relates conceptions of teaching and learning of English as a Foreign Language and oral proficiency in Applied Linguistics studies. Articulating fundamental concepts to comprehend oral proficiency, concepts that encompass the teaching and learning conception adopted in this research and the internationalization of higher education, we aim to contribute theoretically to the oral proficiency enhancement of the Brazilian academic community.

KEYWORDS: Teaching and Learning of English as a Foreign Language; Oral Proficiency; Internationalization.

Referências Bibliográficas

ARCHANJO, R. *Globalização e Multilinguagem no Brasil Competência Linguística e o Programa Ciência sem Fronteiras*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2015, p. 621-656.

BAFFI-BONVINO, M. A. *Avaliação da proficiência oral em inglês como língua estrangeira: foco na competência lexical e uma proposta para o processo de validação do descritor "vocabulário" de um teste de proficiência para professores de língua inglesa*. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

CASTRO, W. R. A.; PINEDA, R. E. G. *Educación y globalización: una visión crítica*. Revista Civilizar Ciencias Sociales y Humanas, Bogotá, v. 16, n. 30, 2016, p. 191-206.

COELHO, L.; PISONI, S. *Vygotsky: sua teoria e a influência na educação*. Revista e-Ped. Osório, v. 2, n. 1, ago. 2012, p. 144-152.

CUNHA, M. I. *Qualidade da educação superior e a tensão entre democratização e internacionalização na universidade brasileira*. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 3, dez. 2017, p. 817-832.

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população?* São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FINO, C. N. *Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): três implicações pedagógicas*. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 14, n. 2, 2001, p. 273-291.

GONZALEZ, N. F. *La lucha simbólica por la educación en la globalización neoliberal*. Revista Brasileira de Educação., Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, 2017.

IVIC, I. *Lev Semionovich Vygotsky*. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFFA, V. *Ensino de línguas: passado, presente e futuro*. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, jul./dez. 2012, p. 389-411.

MESSIAS, R. A. L. *Metodologia da pesquisa científica: fundamentos teóricos*. In: NORTE, M. B.; JUNIOR, K. S.; SCHLÜNZEN, E. T. M. (Orgs.) *Língua Inglesa: Coleção Temas de Formação - Volume 4*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MOITA LOPES, L. P. *Inglês e Globalização em uma epistemologia de fronteira: Ideologia Linguística para tempos híbridos*. D.E.L.T.A., v. 24 n. 2, 2008, p. 309-340.

MOLON, N. D.; VIANNA, R. *O Círculo de Bakhtin e a Linguística Aplicada*. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso. São Paulo, vol. 7, n. 2, jul./dez. 2012, p. 142-165.

RODRIGUES, W. C. *Metodologia Científica*, 2007. Disponível em <https://www.hugoribeiro.com.br/bibliotecadigital/Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2018.

SANTOS, C. C. C. *Linguagem como prática social e mediadora da formação cultural e humana: algumas reflexões*. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE, ano 6, n. 6, dez. 2012, p. 40-48.

SCARAMUCCI, M. V. R. *Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais*. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 36, jul./dez. 2000, p. 11-22.

SILVA, V. L. T., *Fluência oral: imaginário, construto e realidade num curso de Letras/LE*. 2000. 265p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269420>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.